

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Flaviane Rocha Nascimento¹
Lilian Pereira Menenguci²

Resumo: Este trabalho teve como objetivo revisitar conceitos inerentes ao campo da Alfabetização na perspectiva do Letramento, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, se apropriou da pesquisa de natureza bibliográfica como ferramenta metodológica. Analisou estudos, pesquisas e publicações em livros, artigos e periódicos produzidos na área da Educação. Neste artigo, a proposta teórica assume as contribuições de autoras como Ana Teberosky, Emilia Ferreiro, Magda Soares e Maria do Rosário Longo Mortatti. Ambas figuram entre as mais potentes estudiosas do tema na Argentina e no Brasil. Além disso, se aproxima da obra cinematográfica “Narradores de Javé”, de Eliane Caffé (2004), para, a partir dela, discutir conceitos do campo da educação, sobretudo, relacionados à Alfabetização e Letramento. O trabalho ficcional de Caffé se apresenta como importante elemento disparador de reflexões sobre o tema. Do ponto de vista dos resultados, a pesquisa revela que embora os conceitos de alfabetização e letramento, e aqueles que compõem esse campo semântico, venham sofrendo revisões nas últimas décadas, elas ainda não foram capazes de garantir, na prática pedagógica, a erradicação do analfabetismo. Ao mesmo tempo, o resultado mostra que para reformar a Alfabetização é preciso transformar o pensamento que se tem sobre ela. A mudança que se pretende na prática, começa na forma de concebê-la.

Palavras-chave: Educação. Alfabetização. Letramento.

1 Introdução

Historicamente, a questão da alfabetização se coloca como uma das mais significativas fragilidades do processo de educação brasileira. Logo, o analfabetismo, ao seu contrário, se apresenta como uma espécie de ferida aberta no corpo da Educação.

De acordo com o Instituto Paulo Montenegro (2015), organização sem fins lucrativos, criada em 2000 para desenvolver e disseminar práticas educacionais que contribuam para a melhoria da qualidade da educação, cerca de 13,2 milhões de brasileiros e brasileiras, acima de 15 anos, são pessoas consideradas analfabetas.

Esse dado, resultado de um conjunto de variáveis acumuladas ao longo do tempo, merece nossa atenção. Entretanto, compreendendo a abrangência da temática, se fez necessário um recorte analítico para o estudo que se apresenta. Por essa razão, este trabalho se interessou em compreender o processo de alfabetização e letramento a partir de uma pesquisa bibliográfica³.

Nessa volta bibliográfica, foram consultados artigos acadêmicos, periódicos, livros e estudos de pós-graduação. Além disso, autoras da área da Alfabetização e Letramento como Ana Teberosky, Emilia Ferreiro, Magda Soares e Maria do Rosário Longo Mortatti, só para citar algumas, se apresentaram como referências importantes para refletir esse processo.

Assim, este trabalho se organiza em diferentes momentos. No primeiro, se dá a apresentação da Revisão de Literatura. Nela, são destacados três estudos de pós-graduação que vão ao encontro do tema de interesse desta pesquisa. No segundo momento, a fundamentação teórica. Conceitos que integram o semântico da Alfabetização e mesmo as concepções que se têm sobre eles, aparecem nessa seção do texto. O terceiro momento traz a metodologia de

³ O projeto inicial previa a pesquisa de campo. Em virtude da pandemia provocada pela Covid-19, a rota de pesquisa precisou ser alterada. Isso, sem abandonar o objeto de investigação.

pesquisa tanto quanto apresenta os dados e suas análises. As considerações finais integram o quarto momento do estudo.

Espera-se que este estudo possa contribuir com os processos de formação, inicial e continuada, de professoras e professores que atuam, especialmente, com os processos de alfabetização na perspectiva do letramento.

2 Revisão de Literatura

Neste tópico serão abordadas três pesquisas em nível de mestrado, relacionadas à temática de interesse, Alfabetização e Letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A primeira pesquisa, apresentada à Faculdade de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais (UAA), foi realizada por Silva (2018). O estudo teve como objetivo analisar os métodos utilizados pelas professoras para alfabetizar os alunos nos primeiros anos do ensino fundamental das escolas públicas da Ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Para tanto, os dados coletados foram realizados em três escolas municipais do município, com 18 professores e 30 alunos, de turmas do 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, séries iniciais. Utilizou-se técnicas de observação e aplicação de questionário para a análise de dados.

O resultado da pesquisa desse estudo apontou que os métodos pedagógicos utilizados pelos professores das escolas públicas da Ilha de Itamaracá, no processo de alfabetização e letramento, ainda estão muito longe de garantir a qualidade da aprendizagem da leitura e da escrita principalmente no que diz respeito aos três primeiros anos do ensino fundamental. No entanto, o estudo também revela que os professores e gestores educacionais vêm investindo, especialmente em processos de formação continuada, para transformar esse dado.

A segunda pesquisa, apresentada à Faculdade de Educação, Pós-graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

(PUCRS), foi realizada por Castro (2010). O estudo teve como objetivo investigar os caminhos metacognitivos que as crianças utilizam para se apropriar da língua escrita. Buscou, ainda, analisar e sistematizar os processos de aquisição da escrita conforme as teorias psicogenéticas e sociogenéticas compreendendo como ocorre o processo de aquisição da escrita pela criança na fase inicial da alfabetização escolar. Para tanto, o estudo se utilizou da metodologia indutiva qualitativa, de natureza exploratória, que possui caráter descritivo. Cinco crianças da rede pública de ensino de Alvorada participaram do estudo. Semanalmente, por dois semestres letivos, participavam de atividades assemelhadas às desenvolvidas a partir da teoria psicogenética de Ferreiro.

Os resultados dessa pesquisa apontam que as hipóteses psicogenéticas não são evidentes e universais na aquisição da escrita por parte da criança. É, igualmente, necessário considerar os fatores socioculturais que influenciam na aprendizagem do código escrito na atualidade, visto que cada sociedade vai se desenvolver diferentemente, a partir de interações sociais e históricas que ocorrem através da cultura dessa sociedade, e, isso implica o desenvolvimento humano também, pois, o desenvolvimento mental, no entendimento desse estudo, é, em sua essência, um processo sociogenético. Sendo assim, consideramos os fatores genéticos e sociais no estudo do desenvolvimento humano. Logo, os estudos do letramento representam uma corrente teórica consistente para se elucidar os processos de alfabetização que são interpretados como um fenômeno sociocultural.

A terceira pesquisa, apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), foi realizada por Araújo (2018). Investigou-se o que a produção acadêmica (dissertações e teses) têm revelado sobre o analfabetismo funcional e sobre alfabetização e letramento, e como essas produções avaliam a eficácia de métodos de alfabetização. Em seu procedimento metodológico realizou uma pesquisa bibliográfica com base na produção acadêmica e teórica sobre o tema “analfabetismo funcional e sua relação com as ações da escola”, foram selecionadas dissertações e teses que procuram identificar a relação entre analfabetismo funcional, métodos de

alfabetização e alfabetização e letramento, expressas nas pesquisas publicadas no período de 2011 a 2016, no site da CAPES e das Universidades Brasileiras.

O resultado dessa terceira pesquisa apontou a importância das vivências com situações de letramento em seu cotidiano para todos dentro da escola, principalmente para aqueles estudantes que tiveram pouco acesso à cultura letrada. A hipótese inicial de que não existe interesse em estudar nas escolas as ações voltadas ao combate ao analfabetismo funcional foi confirmada e não foi possível identificar nas pesquisas analisadas - dissertações e teses - ações e discussões referentes tanto às altas taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional dentro da escola, quanto às formas de diminuir ou eliminar tamanha dificuldade das crianças e de jovens brasileiros no espaço da instituição escolar.

Além de servir como um suporte teórico, a análise dessas três pesquisas permite inferir sobre a importância de se rever as práticas pedagógicas e as metodologias que vêm sendo aplicadas nos primeiros anos do ensino fundamental para o processo ensino/aprendizagem. Isso, inclusive, considerando os fatores socioculturais que, certamente, influenciam na aprendizagem do código escrito e reafirmando a importância de projetos e ações que envolvam as crianças na cultura letrada, em práticas de letramento.

Vê-se, portanto, a importância de estudos que se sustentam a partir de uma proposta científica que considera, entre outros elementos, as demandas atuais da sociedade e que, por isso, buscam responder, na prática, às necessidades dela. Esse é o desafio da Educação e da escola em relação, por exemplo, ao desafio de superar o analfabetismo.

3 Fundamentação Teórica

3.1 Conceitos iniciais

Analfabetismo, analfabeto, alfabetizar, alfabetizado, letrado e letramento são algumas palavras cujos conceitos, para este trabalho, interessam.

No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, algumas definições importantes contribuem para a elucidação dos termos. Segundo ele, *analfabetismo* é o “estado ou condição de analfabeto” e *analfabeto* é o “que não sabe ler e escrever”, ou seja, é o que vive no estado ou condição de não saber ler e escrever.

A ação de *alfabetizar*, de “ensinar a ler” é designada por alfabetização e *alfabetizado* é “aquele que sabe ler e escrever”. Letrado, ainda segundo o dicionário, é aquela pessoa erudita, versada em letras (letras significando literatura, línguas).

Na obra *“Letramento: um tema em três gêneros”* (2005), de Magda Soares, letramento é definido como “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita” (p.18).

No artigo *“Analfabetismo e Analfabetismo Funcional no Brasil”* (2006), Vera Masagão Ribeiro destaca que em todo o mundo, “a modernização das sociedades, o desenvolvimento tecnológico, a ampliação da participação social e política colocam demandas cada vez maiores com relação às habilidades de leitura e escrita” (p.01).

Essa afirmação de Ribeiro (2006) encontra eco no filme *“Narradores de Javé”* (2004). O longa-metragem brasileiro dirigido por Eliane Caffé, conta a história de um povo fictício, do interior da Bahia, no nordeste brasileiro, que corre o risco de ter o seu lugarejo inundado em função da construção de uma grande usina hidrelétrica.

Para salvar a fictícia Javé, os moradores têm uma ideia: escrever a história do lugar, destacar os seus grandes feitos e, com isso, defendê-la garantindo-a como patrimônio cultural. Essa ideia, contudo, representa um grande desafio para todos. Isso porque, em Javé, apenas uma única pessoa adulta sabe ler e escrever.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) considerada analfabeta a pessoa que “declara não saber ler e escrever um bilhete simples

no idioma que conhece”. Aquela que “aprendeu a ler e a escrever, mas esqueceu; e a que apenas assina o nome”.

Nesse aspecto, Ribeiro (2006, p.01) destaca que “a capacidade de utilizar a linguagem escrita para informar-se, expressar-se, documentar, planejar e aprender cada vez mais é um dos principais legados da educação básica”. Eis o desafio da fictícia Javé e da realidade da Educação Brasileira.

A aprendizagem da leitura e da escrita, como se sabe, é fundamental para a formação cultural de um povo, para a construção da identidade cidadã. Quanto mais pessoas são excluídas desse processo, maior é o abismo da desigualdade social.

O povo de Javé representa, na trama, um povo desprovido do domínio das técnicas da leitura e da escrita. Porém, traz consigo um conjunto de saberes capazes de (re) produzir, por meio da memória e da tradição oral, as histórias dos seus antepassados.

Ribeiro (2006, p.01) afirma que “a questão não é mais apenas saber se as pessoas conseguem ou não ler e escrever, mas também o que elas são capazes de fazer com essas habilidades”.

Assim, pode-se dizer que o povo “*javélico*”, apesar de não alfabetizado, era, na perspectiva de Soares, um povo “letrado”,

[...] um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, [...] se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva [...] se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações de afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado (2005, p.24).

Os habitantes de Javé reconheciam a riqueza da cultura letrada como ferramenta fundamental na garantia dos direitos da comunidade e preservação da sua cultura, apesar de não dominar o sistema alfabético de escrita.

No Vale de Javé, apenas o carteiro Antônio Biá, interpretado pelo ator José Dumont – que havia sido escorraçado da cidade pelos demais moradores

porque escrevia cartas para pessoas de outras regiões contando mentiras e caluniando os habitantes de Javé –, era produtor e leitor de textos.

Biá, em função da ameaça de inundação de Javé, tem a chance de voltar a ter contato com os demais moradores do Vale, redimindo-se dos seus erros. Para isso, o carteiro precisa assumir a tarefa de escrever um dossiê científico sobre Javé e, com ele, provar os grandes feitos do lugar impedindo sua inundação. Assim, de posse dessa condição, Biá passa a percorrer Javé, ouvindo as histórias dos seus moradores e, ao seu modo, registrando-as.

Biá, porém, fracassa na empreitada de escrever a história de Javé, de escrever o grande livro *Javélico*, e, com isso, salvar o povoado. O fracasso do carteiro, embora não seja dele, ou exclusivamente dele, sugere, de alguma maneira, uma aproximação com os dados, com os indicadores, que tratam do analfabetismo no Brasil e seus personagens.

Esse assunto, certamente, interessa a toda sociedade e, em especial, aos professores, pesquisadores e gestores (escolares, municipais e/ou estaduais/federais) responsáveis pelas políticas educacionais que se dão nas escolas e/ou para além delas.

Quanto ao assunto em si, interessa saber: – Em que medida os sistemas escolares vêm respondendo às exigências do mundo moderno em relação ao analfabetismo e que condições, além daquelas colocadas na escola, são necessárias para que todos os adultos tenham oportunidades de continuar a se desenvolver pessoal e profissionalmente?

Responder à questão anunciada, sem dúvida, implica a oportunidade de contato com o outro e com os outros. Em virtude do limite pandêmico deste momento, este trabalho se dedicou a compreender a questão a partir das compreensões acerca da alfabetização e do letramento numa perspectiva bibliográfica.

Contribuições de estudiosas como Ana Teberosky, Emilia Ferreiro, Magda Soares e Maria do Rosário Longo Mortatti, nesse sentido, estão presentes.

4 Metodologia, apresentação e discussão dos dados

4.1 Metodologia: a pesquisa bibliográfica

Inicialmente, este trabalho se desenhou como uma pesquisa qualitativa, pretendendo a participação de diferentes sujeitos do campo de investigação. Entretanto, em virtude da Pandemia provocada pela Covid-19, que acometeu, e acomete, o Espírito Santo, o Brasil e o Mundo, o estudo ganhou outra direção. Por isso, se assumiu como estudioso bibliográfico.

A pesquisa bibliográfica implica no levantamento de publicações realizadas em formatos diferentes, como artigos científicos, anais de congressos, livros, periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e demais formatos indexados.

Esse tipo de pesquisa tem como objetivo fazer com que o aluno-pesquisador acesse o Estado da Arte sobre o assunto que se propõe investigar para que possa, a partir disso, produzir o seu próprio estudo e análise acerca do tema.

Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica, ainda conforme Gil (2002), “[...] está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p.45).

4.2 Contribuições de Ana Teberosky, Emilia Ferreiro, Magda Soares e Maria Mortatti

Para tratar de questões relacionadas à Alfabetização e ao Letramento é necessário recorrer à História da Alfabetização no Brasil. Nesse sentido, se faz necessário contar com as contribuições da professora e pesquisadora

Maria do Rosário Longo Mortatti, uma das mais importantes referências da área.

Conforme Mortatti (2000), do ponto de vista histórico, houve quatro movimentos da alfabetização no Brasil. O primeiro movimento ficou conhecido como “método João de Deus”. O segundo movimento, caracterizou-se pela dicotomia entre os métodos analíticos e sintéticos. O terceiro movimento foi marcado pela interpenetração de métodos em posturas favoráveis ao chamado método analítico.

“Dessa posição resulta um ecletismo processual e conceitual, que passa a permear as tematizações, normatizações e concretizações relativas à alfabetização” (MORTATTI, 2000, p. 26).

O quarto movimento caracterizou-se pelos métodos que defendem as propostas de Emília Ferreiro, baseadas no ideário piagetiano, as quais conviveram e ainda convivem paralelamente com uma contraposição caracterizada pela defesa do retorno dos métodos sintéticos.

Nesse sentido, é preciso mencionar os importantes apontamentos advindos dos estudos conhecidos como “Psicogênese da Língua Escrita”, realizados por Ferreiro e Teberosky (1991; 1985), em que foram analisadas as hipóteses de escrita de crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

De acordo com as autoras, as hipóteses de escrita se configuram como: nível pré-silábico; nível silábico; nível silábico-alfabético e nível alfabético. A partir do estudo de Ferreiro e Teberosky, é possível depreender que há um período inicial, pelo qual a criança reproduz traços típicos da escrita que identifica como suas formas básicas.

Conforme as autoras, o nível pré-silábico compreende aquele em que a forma dos grafismos é mais próxima à das letras, ocorrendo uma quantidade maior de grafismos, não apresentando, no entanto, elevada quantidade e variedade de formas.

Já no nível silábico, há um avanço qualitativo. Nele, a criança trata cada letra como uma sílaba. Por sua vez, no estágio silábico-alfabético, é possível notar que a criança é capaz de realizar uma análise mais complexa do “[...] conflito entre a hipótese silábica e a exigência de quantidade mínima de grafias [...] e [d]o conflito entre as formas gráficas que o meio lhe propõe e a leitura dessas formas em termos de hipóteses silábica [...]” (FERREIRO, TEBEROSKY, 1991 [1985], p. 196-209).

Finalizando o processo de aprendizagem nessa perspectiva, o nível alfabético é aquele no qual a criança começa a entender que a sílaba é constituída de diferentes caracteres, realizando uma análise dos fonemas das palavras que pretende escrever (FERREIRO; TEBEROSKY, 1991 [1985]).

Soares (2004) também aborda a questão dos métodos e das mudanças que os estudos de base construtivista⁴, inspirados na teoria de Jean Piaget, representaram para a alfabetização no Brasil, afirmando que para a prática da alfabetização, tinha-se, anteriormente, “[...] um método, e nenhuma teoria; com a mudança de concepção sobre o processo de aprendizagem da língua escrita, passou-se a ter uma teoria, e nenhum método” (SOARES, 2004, p. 11).

Em seu livro *“Alfabetização: a questão dos métodos”* (2016), Magda Soares discorre sobre a questão histórica relacionada aos métodos de alfabetização. Defende, contudo, que o método não é mais importante que o respeito às características de aprendizagem dos alunos. Ao mesmo tempo, reafirma que é impossível alfabetizar sem método. Considera, então, a necessidade de alfabetizar letrando.

Soares afirma que,

[...] a aprendizagem inicial da língua escrita, embora entendida e tratada como fenômeno multifacetado, deve ser desenvolvida em sua inteireza, como um todo, porque essa é a natureza real dos atos de ler e de escrever, em que a complexa interação entre as práticas sociais da língua escrita e aquele que lê ou escreve pressupõe o exercício simultâneo de muitas e

⁴ Linha pedagógica que entende que o aprendizado se dá em conjunto entre professor e aluno, ou seja, o professor é um mediador do conhecimento que os alunos já têm em busca de novos conhecimentos criando condições para que o aluno vivencie situações e atividades interativas, nas quais ele próprio vai construir os saberes.

diferenciadas competências. É o que se tem denominado alfabetizar letrando (2016, p.35).

No livro “*Alfabetização e letramento*” (2014), Soares defende que para alfabetizar letrando se faz necessário assumir um esforço multidisciplinar. Isso, sobretudo, assumindo o letramento como uma possibilidade capaz de contribuir com o enfrentamento do analfabetismo.

De acordo com o glossário do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), disponível para acesso e consulta na Rede Mundial de Computadores, letramento significa a

[...] aprendizagem inicial da língua escrita entendida não apenas como a aquisição do sistema alfabético e suas convenções, mas também como a introdução da criança às práticas sociais da língua escrita, ou, mais amplamente, à cultura do escrito.

Garantir o acesso à cultura do escrito deve ser uma das metas da sociedade, de modo geral, e da escola, de forma particular. Nesse aspecto, pensando a escola, entre outras questões, é importante que as professoras e os professores tenham oportunidade, permanente, de seguir investindo em seus processos de formação continuada.

Em se tratando de políticas educacionais (programas, projetos ou ações) voltadas para o tema alfabetização, é importante lembrar do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

O PNAIC é um compromisso formal assumido pelos governos federal, dos estados e municípios, com o objetivo de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

A partir da proposta do PNAIC, a prática de leitura da literatura em sala de aula, por exemplo, é considerada uma das práticas pedagógicas permanentes. Logo, defende-se a sua incorporação nas ações didáticas cotidianas dos

alunos.

Denominada como leitura deleite nos materiais do PNAIC, usados na formação continuada ministrada pela equipe formadora das universidades parceiras do Programa junto aos Orientadores de Estudos (OE) e aos Professores Alfabetizadores (PA), a prática da leitura é tomada como uma ação central no processo de atuação dos professores na prática alfabetizadora dos alunos.

É importante, nesse contexto, analisar o programa de formação continuada do PNAIC, proposto pelo Ministério da Educação (MEC) aos professores de escolas públicas atuantes no chamado ciclo de alfabetização, referente aos três primeiros anos do Ensino Fundamental, como forma de melhorar a qualidade da educação.

Para possibilitar as perspectivas apontadas pelo PNAIC, é imprescindível uma sólida formação dos professores que atuam diretamente com os alunos nessa faixa etária, potencializando as práticas pedagógicas adotadas em sala de aula, de modo que o aperfeiçoamento seja contínuo e eficiente.

Nesse sentido, consoante com o que aponta Garcia (1999, p. 26), é essencial trabalhar com a formação de professoras e professores:

A formação de professores é a área de conhecimento, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores – em formação ou em exercício – se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem.

Diante disso, fica evidenciado que o analfabetismo, uma questão complexa da Educação Brasileira, precisa ser enfrentado a partir de uma dinâmica política e pedagógica que seja capaz de integrar, em si, diferentes profissionais da Educação. Esses, contudo, precisam reconhecer a professora e o professor como os mais potentes mediadores da (re)construção do direito de aprender a ler e a escrever.

5 Considerações Finais

Alfabetização e Letramento. Investir nesse tema foi extremamente significativo. Por meio deste estudo, constata-se que a abrangência da temática é ampla e carregada de significados.

Por meio da pesquisa, que contou com as contribuições de Ana Teberosky, Emilia Ferreiro, Magda Soares e Maria do Rosário Longo Mortatti, foi possível ressignificar o olhar acerca da alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Com essas autoras, entre outras coisas, se compreende que alfabetizar vai muito além de ensinar a codificar e decodificar códigos. Isso, haja vista que a alfabetização e o letramento são processos distintos, mas, indissociáveis.

Considerando o hodierno mundo grafocêntrico, onde a escrita tem se tornado cada dia mais importante para o empoderamento do sujeito enquanto cidadão de direitos e deveres torna-se possível aprender, com esta pesquisa, a importância da escrita na construção da identidade de um povo, a fim de que essa seja capaz de atuar ativamente no mundo em que se vive, tornando a sociedade mais justa, democrática e igualitária.

A Alfabetização e o Letramento mostram-se, sobremaneira, essenciais. Isso, visto que não se trata apenas, das professoras e dos professores, de ensinar a ler e escrever, mas, sobretudo, em ensinar como fazer uso da leitura e escrita, a partir do envolvimento das alunas e dos alunos em práticas sociais de leitura e de escrita na conjuntura social.

Diante de tudo o que foi exposto, compreende-se que o letramento está relacionado às condições culturais, sociais e econômicas. Para tanto, se faz necessário criar possibilidades para que o Letramento, de fato, aconteça.

Aliado a isso, sabemos que as crianças, os adolescentes, os jovens e mesmo os adultos que não vivem em estado de alfabetização e letramento, tornam-se invisíveis perante a sociedade tendo seus direitos, muitas vezes, negados e deixando de exercer sua cidadania.

Outrossim, fica implícita a responsabilidade do profissional da Pedagogia, no contexto da Alfabetização e do Letramento, nos anos iniciais do ensino fundamental, com a busca pela compreensão do estudante e do seu contexto social e cultural com vistas à garantir o direito à aprendizagem da leitura e da escrita.

Portanto, esta pesquisa traz para a área da Educação, especialmente no tocante à Alfabetização e Letramento, uma contribuição: promover o processo de letramento científico da professora e do professor, enquanto pesquisador, inclusive, da sua própria prática.

Referências

ARAÚJO, Luciane de Sousa Lopes. **Analfabetismo funcional, alfabetização e letramento: ações da escola na produção de pesquisas entre 2011 e 2016** /Luciana de Sousa Lopes Araújo. São Paulo, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas. Brasília, 2020.

CASTRO, Flávia da Silva. **Letramento e alfabetização: sociogênese e/ou psicogênese, quais os caminhos da apropriação da escrita?**/ Flávia da Silva Castro. Porto Alegre, 2010.

GARCIA, C. M. Formação de professores – Para uma mudança educativa. Tradução Isabel Narciso. Porto – Portugal: Porto Editora, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Portal Nova Escola. **Educação infantil lugar de aprendizagem**. Disponível:< <https://novaescola.org.br/conteudo/118/educação-infantil-lugar-aprendizagem-creche-preescola/> >. Acesso em 14/05/2020.

SILVA, Célia Cavalcante do Nascimento. **Alfabetização e letramento: Métodos Pedagógicos nas Séries Iniciais das Escolas Públicas Municipais da Ilha de Itamaracá - Pernambuco – Brasil** / Célia Cavalcante do Nascimento Silva. Asunción – Paraguay, 201

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos**. Disponível em:<<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>> . Acesso em: 20/05/2020.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2014.